

Senado rola as dívidas dos Estados

Nos últimos três meses, o Senado Federal aprovou empréstimos externos de Estados e Municípios no valor de US\$ 690,4 milhões, a maior parte para permitir a "rolagem" da dívida com bancos estrangeiros e uma parcela menor de dinheiro novo. Esses empréstimos não enfrentaram oposição mais rígida do governo federal que, em última análise, é quem permite a realização das operações.

Esse volume de empréstimos é o espelho real da situação econômica e financeira dos Estados, agravada com os deliberados gastos públicos feitos por governos do PDS durante as eleições de 1982. Grandes somas desses empréstimos, no que se refere a dinheiro novo, serão usadas por empresas estatais no pagamento de dívidas atrasadas para com bancos oficiais, a fim de melhorar a situação desses bancos. Existe o consenso de que esses bancos só vão mal porque o seu maior acionista — o setor público — também não anda bem das pernas. Assim, o pagamento de dívidas governamentais aliviará a situação desses bancos.

A situação mais periclitante de todas é a do governo de Goiás, cujo governador, Iris Rezende, obteve a autorização do Senado para contrair empréstimo de US\$ 230 milhões, enquanto a Presidência da República estimulou-o a acertar com os bancos uma dívida atrasada de US\$ 45 milhões, como condição para o Banco do Brasil desbloquear as verbas federais destinadas ao Estado (Fundo de Participação e recursos oriundos de convenios).

Outro Estado mais audacioso com que recorre a empréstimo externo é o Mato Grosso, que somente nos últimos três meses teve três pedidos seus aprovados, totalizando US\$ 147 milhões. O Estado da Paraíba, em dois pedidos obteve US\$ 75,1 milhões. Minas Gerais obteve US\$ 115,3 milhões, Rio de Janeiro US\$ 110 milhões; Piauí US\$ 80 milhões; São Paulo concluiu uma operação com o Banco Mundial no valor de US\$ 55 milhões, o Maranhão US\$ 50 milhões, e o Piauí US\$ 80 milhões.

Empréstimos externos em valores menores foram aprovados para o Espírito Santo (US\$ 10 milhões), Paraná (US\$ 37,7 milhões); Mato Grosso do Sul (US\$ 35 milhões); Goiânia (US\$ 5 milhões); Manaus (US\$ 20 milhões); Pernambuco (US\$ 12,3 milhões) e Belo Horizonte (US\$ 20 milhões).

O Senado Também aprovou, no transcorrer do ano, um volume muito grande de empréstimos internos, tanto por parte de governos e prefeituras, como por parte de bancos estaduais, permitindo o endividamento extralimite destas instituições. Por seu lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permitiu o reescalonamento de dívidas de cinco governos estaduais (Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, Ceará e Espírito Santo), para que voltassem a operar com o sistema BNDES.

Por outro lado, a reativação da economia atinge os Estados da Federação de maneira desigual, ganhando mais aqueles que têm um parque industrial mais dinâmico (como São Paulo e Rio de Janeiro) ou aquele que se especializou na agricultura de exportação e para finalidades energéticas (como Paraná). Já os Estados que ainda cultivam a agricultura tradicional, como Goiás, Maranhão e Minas, são atingidos pelo aquecimento da economia tardiamente. Entretanto, o que mais agrava o quadro nesses últimos Estados, é a situação pré-falimentar dos agricultores.